

'O País poderá crescer

8 MAI 1986

ESTADO DE SÃO PAULO

6,7% sem dinheiro novo'

Do enviado especial

FOZ DO IGUAÇU — O Brasil tem condições de manter um crescimento econômico médio anual de 6,7% até 1989, sem precisar tomar novos empréstimos junto a bancos estrangeiros. A informação foi prestada ontem pelo diretor da Área Externa do Banco Central, Carlos Eduardo de Freitas, ao ressaltar as condições favoráveis que o sistema financeiro e a economia mundiais oferecem ao País, atualmente, sobretudo no tocante à redução das taxas de juros e dos preços do petróleo.

Segundo explicou, essas condições favoráveis permitem que o País cresça apenas utilizando recursos próprios e empréstimos de organismos internacionais, como o Banco Mundial. Para Carlos de Freitas, a situação possibilita até que o governo trabalhe com uma previsão de superávit de US\$ 1 bilhão para o balanço de pagamentos deste ano.

Disse ainda que a dívida externa atualmente registrada no Banco Central é de US\$ 92 bilhões, 80% contraídos pelo governo e 20% pelo setor privado. Do total da dívida registrada, 15% tem juros em taxas estabelecidas pela **prime** (aplicadas no sistema financeiro norte-americano) e o restante em **libor** (mercado londrino).

Após ressaltar que só a partir de 1987 o Brasil precisará de investimentos novos, o diretor do Banco Central informou que as reservas cambiais do País vêm mantendo em níveis próximos ao registrado no final de dezembro de 1985, ou seja, em torno de US\$ 7,7 bilhões.

RISCO

Recursos no montante de US\$ 1,2 bilhão poderão ser aplicados, de imediato, no mercado de capitais brasileiro, apenas mediante a conversão de parte da dívida externa do

País em investimentos de risco, segundo previsão do diretor da Área Externa do Banco Central, ao anunciar, para os participantes do VI Congresso Internacional das Sociedades Corretoras de Valores, que o governo está ultimando meios para facilitar a conversão da dívida em investimentos, na parte dos credores estrangeiros, através de emissão de bônus ou operações em bolsas de valores, via fundos de investimentos do Decreto-Lei nº 1.401.

Segundo Freitas, esses mecanismos de conversão já existem, só que estão controlados pela Carta Circular nº 1.125 baixada pelo Banco Central, em outubro de 1984, porque estava se formando um mercado fora da ação da própria autoridade governamental. Acrescentou que a proposta de flexibilização da 1.125, que vem sendo estudada há dois meses pelo Banco Central, além de facilitar a ação do banco credor, canaliza mais recursos para o mercado de capitais, reduz o custo que o governo tem no pagamento do serviço da dívida e democratiza a própria dívida, na medida em que descongela recursos da carteira do Banco Central, transferindo-os para o setor privado como forma de investimento.

Para Freitas, o processo de conversão mais ampla da dívida externa em investimento poderá se concretizar por mecanismos de regulamentação do próprio BC, ou por lançamento de bônus no Exterior.

A possível aprovação do processo de conversão de dívida atende proposta da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, através de trabalho do ex-presidente do Banco Central, Carlos Langoni.

Os participantes do congresso reelegeram Antonio Delapiéve para a presidência da Comissão Nacional de Bolsas de Valores, patrocinadora do encontro.